

M18 Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

M18 Instituição de Pagamento S.A.

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Relatório da Administração sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Quotistas e Administradores da

M18 Instituição de Pagamento S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **M18 Instituição de Pagamento S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **M18 Instituição de Pagamento S.A.** em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Não apresentação de informações comparativas

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 as demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia optou pela faculdade prevista no artigo 42º, parágrafo 5º da Resolução BCB nº 2/2020, de não apresentar as demonstrações financeiras semestrais e anuais comparativas relativas ao ano de sua autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, como a Companhia obteve autorização do Banco Central do Brasil em 13 de dezembro de 2021 para funcionar como Instituição de pagamento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 e 21, a Companhia realizou transações com partes relacionadas em condições acordadas entre as partes. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram o seu relatório datado em 22 de março de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2022.

Robson Santa Izabel
Contador – CRC 1SP-247.538/O-0

WFA Auditores Independentes S/S
CRC 2SP-043.111/O-9

Relatório da administração sobre as demonstrações financeiras

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (“BACEN”), a Administração da M18 Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objeto a atividade de instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, tendo como os principais serviços o aporte ou saque de recursos mantido em conta de pagamento, execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a serviço de pagamento, gestão de conta de pagamento, conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica (ou vice-versa), gestão de uso de moeda eletrônica, prestação de serviços de iniciação de transação de pagamento e outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil. A Companhia também tem como objeto a prestação de serviços de cobranças, informações cadastrais e consultoria de crédito.

Em 13 de dezembro de 2021, a M18 Instituição de Pagamento S.A. obteve autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pré-pago. Em decorrência da autorização, a partir desta data, a M18 passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro semestre de 2022, a M18 apresentou um crescimento acelerado no volume de negócios e um conseqüente desdobramento na ampliação dos saldos mantidos em contas de pagamento e nos serviços de cobrança e consultoria de crédito. Neste sentido a Companhia apresentou um resultado positivo de R\$ 2.476 mil de lucro líquido e atingiu um Patrimônio Líquido de R\$ 9.844 mil, valores que ficaram em linha com as projeções desenhadas para o período.

Os objetivos de médio e longo prazo se mantêm em linha com a estratégia do negócio em buscar e investir constantemente em inovação, tecnologia e desenvolvimento de novos serviços e soluções. Mantemos a atenção voltada para novas tecnologias, parcerias estratégicas e na constante evolução e transformações do mercado, considerando também a adesão aos futuros serviços integrantes da agenda do órgão regulador.

M18 Instituição de pagamento S.A

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.050	244	Obrigações com terceiros	10	66.892	35.775
Títulos e valores mobiliários	5	65.140	39.711	Fornecedores	11	360	261
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	8.034	-	Obrigações trabalhistas	12	303	-
Contas a receber	7	537	492	Obrigações tributárias	13	860	32
Impostos a compensar	8	940	566			68.415	36.068
Outros ativos		2.197	2.347				
		77.898	43.360	Não circulante			
				Provisão para contingências	12	173	163
						173	163
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	534	588	Capital social	14	8.200	8.200
		534	588	Ajuste de avaliação patrimonial	15	(350)	-
				Reserva de lucro		1.994	(483)
						9.844	7.717
Total do ativo		78.432	43.948	Total do passivo e patrimônio líquido		78.432	43.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações de resultados em 30 de junho de 2022 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado de intermediação financeira	16		
Resultado de aplicações financeiras de Inter liquidez		149	-
Resultado com títulos e valores mobiliários		3.578	(2.718)
Resultado bruto de intermediação financeira		3.727	(2.718)
(Despesas) e Receitas operacionais		(495)	3.012
Receita líquida da prestação de serviços	17	6.695	9.301
Despesas gerais e administrativas	18	(1.533)	(2.296)
Despesas comerciais	18	(4.304)	(3.652)
Despesas com pessoal	19	(1.054)	(35)
Despesas tributárias		(187)	(17)
Outras receitas (despesas) líquidas		(112)	(289)
Resultado operacional		3.231	294
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.231	294
Imposto de renda e contribuição social	20	(755)	(136)
Lucro do período		2.476	158
Resultado por ação			
Lucro por ação		0,30	0,02

M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido / prejuízo do período	<u>2.476</u>	<u>158</u>
Outros resultados abrangentes	(350)	-
Resultado abrangente do período	<u><u>2.126</u></u>	<u><u>158</u></u>

M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Lucro líquido do período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		8.200	-	(641)	-	7.559
Lucro do exercício		-	-	-	158	158
Destinação do lucro líquido						
Compensação de prejuízos acumulados		-	-	158	(158)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		8.200	-	(483)	-	7.717
Ajuste de avaliação patrimonial	15	-	(350)	-	-	(350)
Lucro líquido do período		-	-	-	2.476	2.476
Saldos em 30 de junho de 2022		8.200	(350)	(483)	2.477	9.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro / prejuízo do período		2.476	158
Ajustes			
Imposto de renda e contribuição social	20	755	136
Despesa com depreciação	9	83	172
		3.314	466
Varição em ativos e passivos operacionais			
Aumento de títulos e valores mobiliários		(25.779)	(24.706)
Aumento de aplicações interfinanceiras de liquidez		(8.034)	-
Aumento redução de contas a receber		(45)	(492)
(Aumento)/Redução de impostos a recuperar		(374)	243
(Redução)/Aumento de outros ativos		151	(74)
Aumento de obrigações com terceiros		31.117	22.850
(Aumento)/Redução de fornecedores		99	(390)
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas		313	150
Aumento de obrigações tributárias		422	50
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(349)	(285)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		835	(2.188)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9	(29)	(15)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(29)	(15)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Créditos com partes relacionadas		-	-
Aumento de capital		-	-
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamento		-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		806	(2.203)
No início do período		244	2.447
No final do período		1.050	244
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		806	(2.203)

1. Contexto operacional

A M18 Instituição de Pagamento S.A., (“Companhia”) está situada no Município de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509. A Companhia tem como objeto a atividade de instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, prestando serviços de aporte ou saque de recursos mantido em conta de pagamento, execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a serviço de pagamento, gestão de conta de pagamento, emissão de instrumento de pagamento, execução de remessa de fundos, conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica (ou vice-versa), gestão de uso de moeda eletrônica, prestação de serviços de iniciação de transação de pagamento e outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil. A Companhia opera também com atividades de cobranças, informações cadastrais e consultoria de crédito e cobrança.

Em 13 de dezembro de 2021, a M18 Instituição de Pagamento S.A. obteve autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pré-pago. Em decorrência da autorização, a partir desta data a Companhia passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Pandemia COVID-19

A Administração segue acompanhando atentamente os impactos do Covid-19 no mercado e em suas operações. Em continuidade às ações implementadas desde o início da Pandemia a Administração segue monitorando de forma diligente os possíveis reflexos operacionais e financeiros nos negócios, sempre focando na continuidade da Companhia e na preservação de seus colaboradores e parceiros.

Neste sentido, a Companhia esclarece que até o momento não sofreu impacto adverso material na continuidade dos negócios como resultado da pandemia COVID-19, bem como das estimativas contábeis feitas, seja no âmbito da recuperação de ativos, seja na medição do valor justo, contingências de ativos e passivos, reconhecimento de receitas e provisões para perdas esperadas.

Neste sentido, a Administração tem conseguido equilibrar por meio das melhores práticas o gerenciamento de sua saúde financeira e patrimonial.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2022, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Conforme disposto no artigo 42º, parágrafo 5º da Resolução BCB nº 2/2020, ficam facultadas às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a apresentação comparativa das demonstrações financeiras semestrais e anuais relativas ao ano de sua autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil. Assim, como a Companhia obteve autorização do Banco Central do Brasil em 13 de dezembro de 2021 para funcionar como Instituição de pagamento estamos demonstrando a comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 sem constar o comparativo com o semestre findo em 30 de junho de 2021.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela administração da M 18 Instituição de Pagamento S.A. em 23 de agosto de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos que são classificados como “Títulos disponíveis para venda”, sendo as atualizações diárias pela curva do papel contabilizadas diretamente por meio do resultado e o ganho ou perda pela atualização do valor de mercado diretamente em conta do patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas contábeis são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2. Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos incluem depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.

São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela comercialização no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, deduzidas da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (quando aplicável). A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.4. Títulos e valores mobiliários

Conforme circular BACEN nº 3.068 os títulos e valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempendedor devem ser registrados pelo valor de custo e classificados da seguinte forma:

I - Títulos para negociação: devem ser registrados os valores com propósito de serem negociados com frequência e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente no resultado do exercício (receita/despesa).

II – Títulos disponíveis para venda: devem ser registrados os valores que não se enquadram na classificação de negociação ou mantidos até o vencimento e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente em conta destacada no patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários.

III – Títulos mantidos até o vencimento: devem ser registrados os títulos adquiridos com o intuito de manter em carteira até o respectivo vencimento e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente no resultado do exercício (receita/despesa).

3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Entende-se por instrumentos financeiros derivativos aqueles cujo valor varia em decorrência de mudanças em taxa de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, ou qualquer outra variável similar específica, cujo investimento inicial seja inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, e que sejam liquidados em data futura, conforme Circular Bacen nº 3082/02.

As operações com derivativos são avaliadas pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

3.6. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado, em conformidade a Resolução BCB nº 6/2020, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

M18 Instituição de pagamento S.A

*Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada através da vida útil do bem, conforma tabela a seguir:

Descrição	Vida útil estimada
Móveis e utensílio	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “outras receitas operacionais” na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

3.7. Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - (Impairment)

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos internamente ao final de cada exercício para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Anualmente a Companhia avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de impairment pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores são ajustadas pela constituição de provisão para perdas, redutora do ativo, em contrapartida ao resultado do período, exceto para ágio por expectativa de rentabilidade futura, onde a perda é considerada definitiva, sem possibilidade de reversões.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.9. Provisões para contingências – (ativos e passivos contingentes)

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado do semestre.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB n° 9/2020, descritos abaixo:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

M18 Instituição de pagamento S.A

*Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

3.11. Apuração do resultado

As receitas e despesas das atividades fim são reconhecidas com observância do regime de competência, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e;
- (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados via o regime do Lucro Real onde o imposto de renda é calculado pelas alíquotas regulares de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o resultado fiscal excedente à R\$ 240 no ano (R\$120 no semestre), e de 9% para a contribuição social.

3.14. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação da Companhia é o mesmo, uma vez que para a data destas demonstrações financeiras não existem instrumentos financeiros que poderiam potencialmente diluir o lucro por ação, e é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está assim representado:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Bancos conta movimento	1.050	244
	<u>1.050</u>	<u>244</u>

M18 Instituição de pagamento S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Certificado de depósitos bancários (i)	1	1	2023	20.122	20.122	2023
Letras financeiras do tesouro – LFT (ii)	18.164	18.165	2023	-	-	-
Notas do tesouro nacional – NTN (ii)	39.670	40.022	2023	-	-	-
Debentures	2.089	2.089	2023	1.890	1.890	2023
Cotas de fundo de investimento multimercado (iii)	-	-	-	13.135	13.135	-
Cotas de fundo de investimento renda fixa (iv)	4.863	4.863	-	4.564	4.564	-
	<u>64.787</u>	<u>65.140</u>		<u>39.711</u>	<u>39.711</u>	

- (i) Os certificados de depósitos bancários são remunerados com base em percentuais da variação do CDI
- (ii) As Letras financeiras do tesouro possuem vencimentos em março e setembro de 2023 enquanto as notas do tesouro nacional possuem vencimento em maio de 2023. Tais investimentos são contabilizadas pelo custo e são atualizadas diariamente pela curva por meio de resultado e avaliadas a valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente em conta destacada no patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- (iii) O resultado obtido no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 827 (-R\$3.055 em 2021) e refere-se aos resultados obtidos com valores aplicados em: (a) CHESS ALPHA FIC FIMULT – administrado pelo BTG Pactual e gerido por Chess Capital Ltda, o fundo investe em diversas classes de ativos financeiros, sendo renda fixa, renda variável, cambial, derivativos e em cotas de outros fundos de investimento. O fundo não possui vencimento (b) SRM EXODUS 5 FIC FIM DE CREDITO PRIVADO – administrado pela Singulare corretora de títulos e valores mobiliários S.A o fundo é de característica multimercado e possui como alcance obter rendimentos através de investimentos em FIDC's e congêneres e demais ativos e (c) demais aplicações neste segmento e que foram liquidados (resgatados) durante o exercício. Em janeiro de 2022 as aplicações foram resgatadas zerando assim o saldo do investimento.
- (iv) O resultado obtido no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$348 (R\$321 em 2021) e refere-se aos resultados obtidos com valores aplicados em: (a) EXODUS INSTITUCIONAL FIDC NP MEZANINO B – administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e gerido por Nova S.R.M Administração de recursos e finanças S/A possui como característica renda fixa.

M18 Instituição de pagamento S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se as aplicações em operações compromissadas representadas por Notas do tesouro Nacional (“NTN”). Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão assim representadas:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Operações compromissadas	8.034	8.034	2035/2045	-	-	-
	<u>8.034</u>	<u>8.034</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	

7. Contas a receber

O saldo de contas a receber em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim constituído:

	30/06/2022	31/12/2021
Contas a receber		
Clientes nacionais	537	492
	<u>537</u>	<u>492</u>

8. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim constituído:

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos a compensar		
Saldo negativo de IRPJ	263	472
Saldo negativo de CSLL	76	73
Outros impostos a recuperar	601	21
Total	<u>940</u>	<u>566</u>

- i. A base de saldos negativos de imposto de renda e da contribuição social, foi objeto de estudo realizado por consultoria fiscal especializada, durante o exercício de 2019, a qual levantou créditos oriundos de apurações destes impostos, de exercícios anteriores. Outra parte que compõe os saldos negativos, refere-se ao saldo de imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras e antecipações realizadas em 2019, 2020 e 2021.

M18 Instituição de pagamento S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

O imobilizado da Companhia, é representado pelo quadro abaixo, considerando inclusive as seguintes movimentações para o semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2021</u>	<u>Aquisições/baixas</u>	<u>Depreciação do exercício</u>	<u>Saldo líquido em 30/06/2022</u>
Imobilizado					
Móveis e utensílios	10%	320	-	(36)	284
Máquinas e equipamentos	10%	143	-	(12)	131
Computadores e periféricos	20%	125	29	(34)	119
Saldo Imobilizado		588	29	(83)	534

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2020</u>	<u>Aquisições/baixas</u>	<u>Depreciação do exercício</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2021</u>
Imobilizado					
Móveis e utensílios	10%	392	-	(72)	320
Máquinas e equipamentos	10%	159	7	(24)	143
Computadores e periféricos	20%	192	10	(76)	125
Marcas e patentes	-	2	(2)	-	-
Saldo Imobilizado		745	15	(172)	588

10. Obrigações com terceiros

A conta de obrigações com terceiros é representada pelos recursos oriundos de liquidações de cobranças de títulos de terceiros ("Garantias") e saldos em contas de pagamento pré-pagas (contas escrow e contas digitais). Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o saldo está assim composto:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações com terceiros		
Recursos de terceiros	66.892	35.775
Total	66.892	35.775

M18 Instituição de pagamento S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores		
Fornecedores nacionais	360	261
Total	<u>360</u>	<u>261</u>

Os fornecedores, são representados por serviços de consultorias, serviços de tecnologia e despesas gerais e administrativas.

12. Obrigações trabalhistas e Contingências

O saldo de obrigações trabalhistas e contingências estão assim representados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações trabalhistas		
Provisões e encargos	245	-
Encargos sociais	58	-
Provisão para contingências trabalhistas	173	163
Total	<u>476</u>	<u>163</u>

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

Risco trabalhista:

A Companhia é polo passivo em processos de natureza trabalhista, onde os reclamantes pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas variadas, acompanhadas dos encargos sobre os montantes. Em 30 de junho de 2022 o total das contingências provável de perda provisionada é de R\$ 173 (2021 – R\$163). Adicionalmente, todos os casos, incluindo de causas possíveis no valor de R\$ 686 (2021 – R\$95) estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

Risco cível:

A Companhia é polo passivo em processos de natureza cível, e em 30 de junho de 2022 o total das contingências possíveis de perda era de R\$ 130 (2021 - R\$ 100). Adicionalmente, todos os casos estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

M18 Instituição de pagamento S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias estão representadas em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, desta forma:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações tributárias		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	755	-
PIS e COFINS a recolher	72	-
Impostos sobre terceiros a recolher	6	8
Outros	27	24
Total	<u>860</u>	<u>32</u>

14. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2022 é de R\$ 8.200 (R\$ 8.200 em 2021), dividido em 8.200.000 (oito milhões e duzentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional, distribuído no formato a seguir:

<u>Sócio</u>	<u>Quotas</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual de participação</u>
Salim Raphael Mansur	4.100.000	4.100	50%
Marcos Rafael Mansur	4.100.000	4.100	50%
Total	<u>8.200.000</u>	<u>8.200</u>	<u>100%</u>

15. Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme item ii da Nota explicativa nº5 a Companhia no decorrer do primeiro semestre de 2022 aplicou em Letras financeiras do tesouro (“LFT”) e Notas financeiras do tesouro (“NTN”). Tais investimentos são classificados como disponível para venda e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente em conta destacada no patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários. Logo, a atualização dos rendimentos obtidos é lançada por meio de resultado e a marcação a mercado ajustada diretamente em conta de patrimônio líquido.

M18 Instituição de pagamento S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2022 o saldo de ajuste de avaliação patrimonial está assim representado:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-
Notas do tesouro nacional - NTN	<u>(351)</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>(350)</u></u>	<u><u>-</u></u>

16. Resultado de intermediação financeira

O resultado obtido com intermediações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim representado:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Renda em operações compromissadas	149	-
Renda de notas do tesouro nacional - NTN	2.002	-
Renda de letras financeiras do tesouro - LFT	538	-
Renda de aplicação em fundos	827	2.911
Renda de aplicação em CDB	13	35
Renda de aplicação debentures	<u>198</u>	<u>133</u>
	<u><u>3.727</u></u>	<u><u>3.079</u></u>
Despesas financeiras		
Perda de aplicação em fundos	<u>-</u>	<u>(5.797)</u>
	<u><u>-</u></u>	<u><u>(5.797)</u></u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>3.727</u></u>	<u><u>(2.718)</u></u>

M18 Instituição de pagamento S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita líquida da prestação de serviços

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta da prestação de serviços		
Renda em administração de recebíveis e contas de pagamento	4.617	7.471
Consultoria de crédito	2.921	2.919
Consultoria de análise de garantias	-	21
	<u>7.538</u>	<u>10.411</u>
(-) Impostos sobre serviços		
(-) ISS	(146)	(147)
(-) PIS	(124)	(172)
(-) COFINS	(573)	(791)
Total	<u>(843)</u>	<u>(1.110)</u>
Receita líquida prestação de serviços	<u><u>6.695</u></u>	<u><u>9.301</u></u>

A receita em administração de recebíveis e contas de pagamento está representada por administração de contas e gestão de garantias por meio de serviços prestados de cobrança de títulos de terceiros, majoritariamente de clientes de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC).

18. Despesas gerais e administrativas e comerciais

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas gerais e administrativas		
Serviços técnicos profissionais	(776)	(1.452)
Outras despesas administrativas	(532)	(530)
Depreciações e amortizações	(83)	(172)
Assessoria jurídica	(142)	(142)
Total	<u>(1.533)</u>	<u>(2.296)</u>

- i. Os serviços técnicos profissionais são principalmente os serviços de consultorias especializadas e serviços de informações;
- ii. As outras despesas administrativas são representadas por despesas estruturais gerais, despesas de suporte, manutenção e licenças de softwares.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas comerciais		
Rebate (i)	(4.304)	(3.652)
Total	<u>(4.304)</u>	<u>(3.652)</u>

M18 Instituição de pagamento S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i. Em janeiro de 2021 a Companhia firmou contrato de rebate com a Nova S.R.M (“Nova”), empresa do mesmo grupo econômico (“Parte relacionada”). Tendo em vista o conhecimento da capacidade técnica da M18 a Nova indica a companhia para os seus clientes como opção para a prestação de serviços de cobrança dos títulos emitidos nas operações que seus clientes realizam com os FIDC’s que estão sob sua gestão.

19. Despesas com pessoal

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com pessoal		
Proventos	(704)	-
Benefícios	(105)	(35)
Despesa com encargos sociais	(245)	-
Total	<u>(1.054)</u>	<u>(35)</u>

20. Imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.231	294
Ajustes para demonstração da alíquota efetiva		
Adições e exclusões temporárias e permanentes	(8)	377
Resultado fiscal	<u>3.223</u>	<u>671</u>
(-) crédito com prejuízo fiscal anos anteriores	(967)	(201)
(=) Base de cálculo ajustada	<u>2.256</u>	<u>470</u>
Imposto de renda - 15% e 10% adicional	(552)	(93)
Contribuição social - 9%	(203)	(42)
Total	<u>(755)</u>	<u>(136)</u>

21. Transações com partes relacionadas

O saldo do ativo com partes relacionadas é oriundo de mútuos, no qual o saldo em 30 de junho de 2022 está assim representado:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outros ativos		
Mútuo a receber Nova sem	1.573	1.573
Mútuo a receber – Outros	<u>570</u>	<u>570</u>
Total	<u><u>2.144</u></u>	<u><u>2.144</u></u>

22. Gerenciamento de riscos

A seguir o entendimento da Administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, caso estes não cumpram com suas obrigações contratuais. A Administração entende que a Companhia não está diretamente exposta ao risco de crédito por não operar instrumentos de pagamento pós-pago, não conceder crédito e também não possuir histórico em tomar crédito com instituições financeiras e afins.

M18 Instituição de pagamento S.A

*Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Risco de liquidez:

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Administração por meio das políticas e processos internos realiza a gestão contínua de liquidez com uma abordagem de garantir liquidez suficiente para o cumprimento com todas as obrigações sob condições normais e anormais.

Risco de mercado:

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, influenciados pelas seguintes variáveis:

- variação nas taxas de câmbio;
- variação nos preços de ações;
- variação nas taxas de juros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que a Companhia não está exposta às variações nas taxas de câmbio e nos preços de ações porque em seus ativos e passivos não contém elementos vinculados a esses parâmetros.

23. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Salim Raphael Mansur
Administrador
CPF nº: 139.474.568-08

Henrique Luiz Gonzaga
Contador
CRC nº: 1SP256056/O-0
CPF nº: 330.794.828-83